



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 73, DE 2016

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização de audiência pública para discutir projeto de lei para a inclusão da Constelação Sistêmica como um instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias.

Autor: Associação Brasileira de Constelações Sistêmicas

Relatora: Deputada Erika Kokay

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão apresentada pela Associação Brasileira de Constelações Sistêmicas, com o objetivo de incluir a constelação sistêmica como instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias.

De acordo com a Associação, a intenção é promover o acesso à prática das constelações nos centros judiciais de solução de conflitos e nos centros de apoio aos magistrados, em âmbito nacional, de modo a estender a todos os Tribunais de Justiça e Varas das capitais, tanto na órbita da justiça comum, como também da trabalhista.

Nesse sentido, acredita que a utilização da constelação como instrumento de mediação favorece potencialmente a tendência de se evitar o processo judicial, tornando a mediação acessível a qualquer cidadão. Vários estados já lançaram mão da metodologia, o que reforça a importância de discussão do tema.

Eis o relatório.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

II – VOTO DA RELATORA

Previamente, observa-se que, de acordo com a declaração prestada pela ilustre Secretaria da Comissão, foram atendidos os requisitos formais previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa.

Passa-se ao mérito da proposta. A mediação vem sendo utilizada modernamente como instrumento para desafogar a justiça e permitir a solução rápida e eficiente dos conflitos, contribuindo assim para a pacificação social.

De tal modo, busca-se a composição em substituição aos processos judiciais contenciosos e desgastantes, que, muitas vezes, se arrastam por décadas, sem qualquer benefício para as partes. Assim, a legislação processual adotou a conciliação como etapa obrigatória antes da audiência de instrução e julgamento, dando maior impulso à mediação, como instrumento de resolução de conflitos.

Entre as vantagens desse procedimento está a possibilidade de escolha dos mediadores pelas partes, o que gera maior confiança na imparcialidade da decisão e melhor aceitação da solução apresentada.

Como exemplo de tal iniciativa, vale citar o trabalho atualmente desenvolvido no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que está lançando mão da técnica de constelação familiar para fomentar a resolução de conflitos.

Por meio do Projeto Constelar e Conciliar, a técnica das constelações familiares já conta com a adesão da 1ª Vara Criminal de Brasília; Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante; Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs de Brasília e de Taguatinga, e CEJUSC/Superendividados. O projeto é supervisionado pelas juízas Luciana Yuki, Magáli Gomes, Rachel Adjuto e Ana Claudia Loiola.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Para realizar as constelações, o TJDFT conta com servidores do CEJUSC e, também, com um grupo de voluntários, entre eles Adhara Campos, que conduz as constelações, a qual acredita que o emprego da técnica ajuda a identificar os conflitos humanos que se escondem por trás das demandas judiciais. O projeto iniciou-se no segundo semestre de 2015, a partir do trabalho de monografia de Adhara Campos (***A constelação como um instrumento de mediação para a resolução de conflitos no Poder Judiciário***), orientada pelo Ministro Nefi Cordeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e professor universitário na área penal e de resolução de conflitos.

Por fim, ressalte-se que o formato do projeto desenvolvido por Campos foi elaborado no sentido de introduzir o pensamento sistêmico nos métodos já tradicionais eleitos pelo Conselho Nacional de Justiça para solução de conflitos (mediação e conciliação).

Por esses argumentos, e uma vez verificada a importância de haver uma ampla discussão e divulgação do método constelar, **meu voto é pela aprovação da Sugestão nº 73/2016.**

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY**
Relatora

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Requer a realização de audiência pública para discutir projeto de lei para a inclusão da Constelação Sistêmica como um instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a inclusão da Constelação Sistêmica como um instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias. Para tanto, solicitamos sejam convidados/as:

- I) Juíza Magáli Dellape – Juíza da Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante;
- II) Ana Cláudia Loiola – Juíza da Quinta Vara Criminal de Brasília;
- III) Adhara Campos Vieira – Servidora Pública, Voluntária e idealizadora do Projeto;
- IV) Tarso Firace - Presidente da Associação Brasileira de Consteladores Sistêmicos (escritor, constelador e administrador);
- V) Coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – NUPEMEC, Thalita Mendonça ou Juíza Luciana Yuki;
- VI) Andréia Siqueira - psicóloga do programa Superendividados (acompanha as sessões) ou Gelson Leite (supervisor da Rede Solidária Anjos do Amanhã).

JUSTIFICAÇÃO

A Associação Brasileira de Constelações Sistêmicas apresentou sugestão junto à Comissão de Legislação Participativa, com o objetivo de incluir a constelação sistêmica como instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias.

Conforme a Associação, o processo judicial aborda o conflito como um simples fenômeno jurídico, ao tratar exclusivamente dos interesses juridicamente tutelados, excluindo aspectos do conflito que são tão ou até mais relevantes do que os bens jurídicos tutelados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) está lançando mão da técnica de constelação familiar, método que começa a utilizar para fomentar a resolução de conflitos.

Por meio do Projeto Constelar e Conciliar, a técnica das constelações familiares já tem a adesão da 1ª Vara Criminal de Brasília; Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante; Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs de Brasília e de Taguatinga, e CEJUSC/Superendividados. O projeto é supervisionado pelas juízas Luciana Yuki, Magáli Gomes, Rachel Adjuto e Ana Claudia Loiola.

Para realizar as constelações, o TJDFT conta com servidores do CEJUSC e, também, com um grupo de voluntários, entre eles Adhara Campos, que conduz as constelações. Segundo Adhara, o emprego da técnica ajuda a identificar os conflitos humanos que se escondem por trás das demandas judiciais.

A participação das partes nas constelações é completamente voluntária. As inscrições são abertas ao público em geral, mas têm preferência partes e advogados com ações em trâmite na Justiça do DF. A adesão pode ser solicitada por meio da internet. Com o deferimento da inscrição, a pessoa recebe a indicação do local em que será realizado o evento, que tem duração de, aproximadamente, duas horas.

A medida está em consonância com a [Resolução 125/2010 do CNJ](#), que estimula práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Assim, como forma de proporcionar ampla discussão acerca do tema, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a provação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**